Fernando Pessoa

A política pessoana, um quebra-cabeças que Joel Serrão e Alfredo Margarido tentam desvendar.

Questão 1

Que política a de Fernando Pessoa?

Joel Serrão

Interrogam-me: **que política a de Fernando Pessoa?**

Aquilo que, em poucas palavras, se pode responder, consiste, segundo me parece, nos seguintes pontos de referência.

I) Pelo menos, aos 37 anos de idade, Pessoa identifica-se com D. Sebastião regressado ao seu perdido Reino (1). Com efeito, depois de «demonstrar» que a «Segunda Vinda» de D. Sebastião teria ocorrido em 1888 (a primeira ter-se-ia dado em 1640), o poeta deixa à sagacidade ou atenção do leitor o cuidado de recordar que, **nesse mesmo ano, nascera ele próprio.**

Logo, não se afigura destituído de sentido o admitir-se que, para além de todos os heterónimos em que, desde sempre, se foi desdobrando, Pessoa, pelo menos, a partir dos seus primeiros escritos públicos (1912), afeiçoara o mais complexo de todos eles — o do «Super-Camões», ao qual estaria reservado pelo Destino a tarefa de ser o poeta do Quinto Império. Um Quinto Império português, claro está.

II) Essa poesia penta-imperial que, em 1934, seria reunida em **Mensagem** foi escrita, poema a poema, no decurso de quase toda a criação poética pessoana (2). Portanto, como se vai tornando evidente, o Quinto Império foi sempre uma das referências fundamentais de Pessoa. Ou, por outras palavras: o «Super-Camões» coexistira sempre com os restantes heterónimos, e não se nos afigura inviável que, ao olhar secreto do autor, esse heterónimo-arquétipo tenha sido como que a matriz dos restantes.

III) **O Quinto Império** pessoano funciona, na auréola do seu autor, como que **um heterónimo da Pátria Portuguesa.** Ou seja: o «Super-Camões» é concebido para cantar uma Pátria cuja existência vindoura **dependeria da própria genialidade do canto,** ao propor e ao abrir os caminhos propiciatórios ao encontro do «génio» com a sua «criatura», a qual, por seu turno, tenderia a autonomizar-se, como tal.

IV) Neste contexto, **Mensagem** é o breviário do Quinto-Império pessoano. Ou melhor dito: é a «chave» hermética para o «acesso» à Pátria Portuguesa considerada como a suprema iniciação.

Julga-se que só tendo em vista essas traves mestras do imaginário pessoano valerá a pena situar no tempo curto que foi o da vida do poeta as atitudes políticas que, ante as conjunturas que se lhe foram deparando, o cidadão Fernando Pessoa foi assumindo.

Republicano, enquanto a República era um sonho por concretizar-se; antidemocrata e anti-Afonso Costa quando a República Portuguesa ia tentando o seu caminho possível; sidonista; apologista do «Interregno» que, ao seu olhar, fora a Ditadura Militar de 1926; anti-salazarista; defensor da Maçonaria, quando ela começou a ser atacada; republicano aristocrata; nacionalista liberal ou nacionalista místico — eis aí algumas das atitudes que o percurso de Pessoa revela no tempo português que lhe coube viver. E daí, que concluir-se?

Sidónio Pais, o «Presidente-Rei»

A primeira conclusão que se diria legítima é esta: o cidadão Pessoa ter-se-ia comportado, no contexto das ideologias do seu tempo, como um conservador ou como um «talassa», tal o via a sua namorada Ofélia. Com efeito, nada se conhece que aponte noutra direcção. Mas, mesmo aí, sublinhe-se o facto algo estranho e original de um «talassa» defender a legitimidade da maçonaria...

A segunda conclusão é a seguinte: nada do que Fernando Pessoa **escreveu de importante sobre matéria política** faz sentido a não ser que tais congeminações sejam subsumidas nas traves mestras da sua ideação, tais as expusemos, muito sumariamente, no começo desta nota (3).

Portanto, e é a terceira conclusão que nos ocorre, quem queira entender a mundividência pessoana, terá de entender, primeiramente, que nem Lenine nem Mussolini nem Salazar, para além de meras e necessárias referências epocais, têm coisa alguma a ver com o Quinto Império, «heterónimo» da Pátria Portuguesa, tal o concebeu Pessoa. E sem este a poesia de Fernando Pessoa não teria sido. E só ela foi, afinal, a «Pátria» do «Super-Camões». ■

(1) **Sobre Portugal — Introdução ao Problema Nacional,** Lisboa, 1979, texto n.º 56, pp. 182-183.

(2) V. Jacinto do Prado Coelho, «Cronologia e variantes da **Mensagem**» *in* **A Letra e o Leitor,** Lisboa, 1969.

(3) Quem esteja interessado em aprofundar a problemática em causa deverá ler os três volumes de dispersas prosas «políticas», publicadas sob os títulos de **Sobre Portugal — Introdução ao Problema Nacional, Da República (1910-1935) e Ultimatum e Páginas de Sociologia Política.**

HISTÓRIA POLÍTICA DE PORTUGAL 1910 1926

Douglas L. Wheeler

O livro — Análise do período turbulento da Primeira República, o regime parlamentar mais instável da Europa ocidental, com poucas hipóteses de sobrevivência e com o País a sofrer com uma desorganização económica e social sem precedentes. Com dados não conhecidos do grande público, uma obra que percorre os anos durante os quais Portugal viveu um clima de violência pública e com constantes pronunciamentos político-revolucionários.

O autor — Professor de História da Universidade de New Hampshire, membro do Grupo Internacional de Conferências sobre o Portugal Moderno, consultor no Departamento de Estado norte-americano sobre Portugal e África em 1974 e 1976.

EUROPA-AMÉRICA ...a memória no futuro

Novos lançamentos

o jornal

Um livro sobre os grandes temas do actual debate ideológico

Baptista-Bastos

O secreto adeus

versão definitiva
4.ª edição